

Tradução do russo e edição por CN, 29.04.2015

(original em: <http://cccp-kpss.narod.ru/arhiv/soprobos/1988/kritik.htm>)

Porque criticamos Gorbatchov

Tatiana Khabarova¹

1988

Nas vésperas da Conferência do Partido recentemente decorrida, o jornal *Pravda* e outros órgãos de imprensa confrontaram os seus leitores com a pergunta: Qual o assunto, quais as propostas que apresentaria na tribuna do próximo encontro nacional do partido?

Pois bem, pensamos que a razão e o pretexto para tal convite não surgem apenas episodicamente, mas existem sempre; e por isso tenho a ousadia de propor ao próximo fórum partidário de nível correspondente o seguinte: encontrar a forma de transferir Mikhail Gorbatchov do cargo de secretário-geral do CC do PCUS para qualquer outra função, que lhe seja, digamos assim, mais apropriada. Considero isto uma necessidade impreterível, e à natural pergunta «*porquê?*», respondo: porque o país, **objectivamente não precisa** de uma «*reedição*» nacional de Alexander Dubcek,² nem de todo o «*programa*» de alegada «*reorganização*» política e económica do

¹ Este trabalho foi escrito em Novembro de 1988, em Moscovo, e enviado ao CC do PCUS, à Comissão Central Eleitoral para as Eleições dos Deputados do Povo da URSS, às redacções das revistas *Izvéstia TsK KPSS*, *Ogoniok* e *Moskva*.

² Alexander Dubček, (1921-1992), filho de pai operário emigrado na URSS, recebeu a sua educação no país dos soviets entre 1925 e 1938. De regresso à Eslováquia adere ao Partido Comunista em 1939. Mantém estreitas relações com a resistência durante a ocupação nazi e participa na insurreição nacional eslovaca no Outono de 1944. Torna-se funcionário do partido em 1949, assumindo vários cargos de direcção. Em 1955 volta à URSS para frequentar durante três anos a Escola Superior do PCUS. No regresso, em 1958, é eleito primeiro secretário do partido no distrito de Bratislava, tornando-se primeiro secretário do partido eslovaco em 1963. Em 1968 torna-se primeiro secretário do CC do PC da Checoslováquia e inicia um conjunto de reformas para a restauração do capitalismo no país, que são travadas pela intervenção das tropas do Tratado de Varsóvia, em 20 de Agosto desse ano. Apesar de derrotado, Dubcek é mantido como primeiro secretário do partido e presidente da Assembleia Federal da Checoslováquia até Abril de 1969, sendo então substituído por Gustav Husak. Em 1970 é finalmente expulso do partido e perde o mandato de deputado. Embaixador na Turquia (1969-70), trabalha como quadro de direcção no sector florestal até 1981, ano em que se reforma. Em 1989 participa activamente na contra-revolução e consegue de novo o lugar de presidente da Assembleia Federal que ocupa até à morte em 1992. (N. Ed.)

socialismo, o qual está ligado ao nome, entre outros, da referida figura. Ao mesmo tempo, com as considerações que adiante exporei, tentarei participar na polémica que está longe de terminar nos jornais *Pravda* e *Sovietskaia Rossia*, onde, ao longo deste ano, várias intervenções que se tornaram conhecidas sob a relevante rubrica «*Marcos*».

Hoje fala-se muito no nosso país, e em grande parte justamente, sobre a necessidade de nos livrarmos de uma herança do passado, como foi «*o culto da personalidade*». Digo desde já que, pessoalmente, fazendo uma altíssima avaliação, incondicional e objectiva, do caminho histórico percorrido pelo Estado soviético sob a direcção de I.V. Stáline, de modo igualmente incondicional não partilho e não aprovo as formas verdadeiramente irracionais que por vezes revestiram a deferência à sua autoridade, inteiramente merecida em todos os restantes aspectos.

Entretanto não se pode ignorar que, apesar de em graus diversos, exactamente o mesmo fenómeno, com todas as suas consequências negativas, teve lugar em relação a todos os outros dirigentes que, no seu tempo, lideraram o partido: N.S. Khruchov, L.I. Bréjnev e até I.V. Andrópov e K.U. Tchernenko, que permaneceram no cargo de secretário-geral durante um período bastante curto. Todavia nenhuma referência aos erros do «*culto*» dos respectivos antecessores produziu qualquer efeito: de cada vez tudo começava de novo, como que ilustrando o antigo aforismo de que as lições da história consistem na eterna e universal recusa de as retirar.

E assim continuará a ser (ridículo para todo o mundo, pode-se dizer) enquanto não quebrarmos a principal barreira psicológica e político-institucional neste domínio; enquanto não compreendermos que precisamos não de alardear «*desmascaramentos*» vulgares relativos a erros de há 30 anos, mas sim possuir um mecanismo democrático fiável e funcional, que permita falar hoje, agora, de um provável erro da direcção superior, de uma forma sensata, argumentada, franca, que possa ajudar a prevenir falhas em gestação. E não perorar posteriormente, quando já se pode armar barulho com o invariável «*apoio unânime*».

Em síntese podemos dizer que a crítica sensata e com total abrangência, não só de pormenores, mas antes de mais sobre problemas fundamentais, doutrinários, deve poder ser feita a qualquer secretário-geral, «*hoje vangloriado*», e não unicamente àqueles que já morreram ou se reformaram.

Hoje muitos depositam as maiores esperanças na electividade dos dirigentes; considera-se que os candidatos a esta ou àquela função de direcção devem apresentar programas concorrentes de desenvolvimento da secção do trabalho que desejem dirigir. Mas por que razão se abre uma excepção tão peremptória precisamente para a «*função*» mais decisiva e importante, da qual, por enquanto, tudo o resto depende total e completamente? A verdade é que se «*a partir de cima*» são emanadas «*directivas*» erróneas e mesmo desastrosas, nenhum director de fábrica ou de instituto as poderá mudar e será obrigado a executá-las, por mais honesto e judicioso que seja e independentemente do número de pessoas que o elegeram.

Ao invés, havendo uma política estrutural do «*centro*», que responda aos interesses do povo, que diferença me faz que o dirigente de «*base*» seja eleito ou nomeado para realizar essa política justa?

No entanto, nos últimos tempos, assistimos três vezes aos procedimentos de substituição do secretário-geral, e em todas elas, falemos abertamente, a nós, à esmagadora massa dos cidadãos comuns do Estado, pareceu-nos estar perante o caso típico de quem «*compra nabos em saco*».

Tomemos Mikhail Gorbatchov, que está nos órgãos superiores de direcção do partido desde 1971 e, no essencial, tem uma responsabilidade pela chamada estagnação não muito menor do que a de Leonid Bréjnev, que aparentemente confiou e se apoiou nele. Pois bem, o que sabíamos nós sobre os verdadeiros pontos de vista políticos e ideológicos de Mikhail Gorbatchov até Abril de 1985? Absolutamente nada; diligentemente deu graxa a um secretário-geral, depois a outro e a seguir a um terceiro, a sua verdadeira face como político só começámos a descobri-la quando o próprio se sentou na cadeira. No entanto, afirmamo-lo com convicção, se tivesse divulgado uma série de aspectos cruciais da linha política que preconizava, **antes** de se tornar praticamente impossível objectar-lhe, então a sua concepção das transformações que deviam ser feitas no país seria ou rejeitada pela raiz, ou, em qualquer caso, seria radicalmente corrigida até tomar uma forma incomparavelmente mais sensata do que a que hoje tem de facto. Isto refere-se em primeiro lugar aos planos da «*reforma*» dos preços a retalho, à introdução primitivamente dissimulada do desemprego, às alterações antidemocráticas na legislação laboral; refere-se também ao abominável bacanal da chamada «*verdade*» em torno do nome e da obra de I.V. Stáline, ao esgravatamento revisionista e histérico do nosso passado, sob o mote da construção de «*um socialismo*» que, alegadamente, não foi o que deveria ter sido, etc.

Numa palavra, havia e há aqui matéria para falar e debater; mas infelizmente já não podemos praticamente expressar-nos, nem discutir (exactamente com antes), sem correr o risco de nos classificarem como opositores à «*linha do partido*», inimigos da «*perestroika*», etc.

Tenho a profunda convicção de que precisamos de «*desfazer*» politicamente esta «*colagem*» extremamente nefasta, em que as ideias sobre o futuro do país, apresentadas pela pessoa que num dado momento ocupa o cargo de secretário-geral, são imediatamente canonizadas como a «*linha do partido*», e através de meios semelhantes, puramente políticos (na sua essência administrativos), ficam «*para sempre*» a salvo de qualquer crítica científica e cívica-democrática.

Partindo do que atrás foi dito, analisarei brevemente a «*plataforma*» apresentada por Mikhail Gorbatchov, rejeitando categoricamente quaisquer tentativas de inscreverem o meu nome na lista dos «*inimigos*», «*opositores*», «*conservadores*», «*dogmáticos*», etc.

Em primeiro lugar, donde surgiu a ideia de que nas prédicas de Gorbatchov e dos «*ideólogos*» que o defendem existe, alegadamente, algo historicamente «*novo*»? Na verdade, literalmente ponto por ponto, trata-se do programa dos revisionistas de direita checos, líderes e organizadores da famigerada «*Primavera de Praga*», e até é usada a mesma terminologia.

Por exemplo, a chamada «*destalinização*» como condição indispensável da «*democratização*» do socialismo e a sua elevação para um novo grau qualitativo. Na realidade aqui travava-se um combate que nada tinha a ver com nenhum «*novo rosto do socialismo*», mas sim **contra o socialismo como tal**, uma vez que nunca em parte alguma existiram outros «*socialismos*» além do que foi construído na URSS durante o período de Stáline, e, segundo as mesmas linhas, numa série de países da Europa de Leste e da Ásia. Quisesse ou não, I.V. Stáline tornou-se o seu

«símbolo» humano, tal como V.I. Lénine «*simbolizou*», «*personificou*» a Revolução de Outubro. Era pois perfeitamente claro que «*repudiar*», sob este ou aquele pretexto, a personalidade e obra de I.V. Stáline significaria desacreditar em si próprio o regime socialista, já que, como dirigente do partido e do Estado, a obra de Stáline foi precisamente a **construção do socialismo**, e se Stáline apenas cometeu «*crimes*», então nada restará, no essencial, da própria sociedade socialista.

Consequentemente, a criação real da organização social socialista é hoje declarada (tal como foi declarada há 20 anos na Checoslováquia) como uma «*deformação do socialismo*» que deve ser erradicada implacavelmente, «*decepada*». À rejeição do «*modelo de Stáline*» é contraposto o modelo «*democrático*» (que no nosso país apresentam como «*leninista*»), o qual se revela, examinado mais de perto, não ser outra coisa senão o mais vulgar regime parlamentar burguês de propriedade privada (que no nosso país apresentam melosamente como uma *NEP* idealizada, que impiamente fazem passar pelo «*modelo leninista*» do futuro socialista, isto quando Lénine de modo totalmente unívoco via a *NEP* não como uma qualquer nova «*hipóstase*» do socialismo, mas como um recuo colateral ao socialismo historicamente necessário).

Segue-se que, sob a cortina de fumo de atractivas consignas «*contra a burocracia*», se desenvolve na realidade um ataque maciço contra o principal sustentáculo do sistema político e económico socialista: o princípio da propriedade social dos meios de produção.

As empresas industriais, os «*colectivos laborais*», são demagogicamente colocadas em oposição ao Estado socialista e aos seus órgãos de administração económica, como se estes fossem um papão portador da «*maleita*» destruidora do burocratismo.

Todavia, acaso Lénine não afirmou «*que a maior deformação dos princípios fundamentais do poder soviético e a total renúncia ao socialismo constitui qualquer legitimação, directa ou indirecta, da propriedade dos operários de uma dada fábrica ou de uma dada profissão sobre a sua própria produção, ou o seu direito a enfraquecer ou a travar as decisões do poder de Estado*»?³

Acaso Lénine não afirmou que «*sem um registo e um controlo multilaterais e estatais sobre a produção e a distribuição de produtos, o poder dos trabalhadores, a liberdade dos trabalhadores, não pode manter-se e que o regresso ao jugo do capitalismo é inevitável*»?⁴

O intérprete e garante estrutural da realização da vontade de classe, dos interesses de classe do povo laborioso, tanto políticos como económicos, não é a empresa, mas o Estado de operários e camponeses: o sujeito da propriedade socializada dos meios de produção.

É a partir deste ponto de vista que se deve analisar a dita «*reforma económica radical*», orientada abertamente para a substituição da gestão planificada da economia socialista por um conglomerado caótico, no essencial, de unidades produtivas «*autogeridas*» e «*autofinanciadas*».

³ «*Sobre o democratismo e o carácter socialista do poder soviético*», escrito na primeira metade de 1918, V.I. Lénine, *Obras Completas* (em russo), t. 36, p. 481. (N. Ed.)

⁴ *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético*, escrito entre 13 e 26 de Abril de 1918, V.I. Lénine, *Obras Escolhidas* em três tomos, Ed. Avante! – Ed. Progresso, Lisboa – Moscovo, 1981, t. 2, p. 570. (N. Ed.)

A concretização desses planos, que nada têm de comum com a teoria marxista da Economia Política, nas nossas condições, conduziria apenas ao rompimento definitivo dos laços minimamente racionais da economia nacional, ao crescimento incontrolável das desproporções e desequilíbrios no desenvolvimento e, no final, à «supressão» de facto da forma socialista de propriedade, com todas as consequências daqui decorrentes para os trabalhadores, no plano da sua segurança jurídica e material.

O principal é que isso não nos salvaria minimamente do burocratismo, uma vez que o burocratismo não está apenas associado às estruturas do Estado, ele existe por princípio na organização de quaisquer interesses grupais, corporativos, que se sobreponham à sociedade. Mas é neste plano da empresa «autofinanciada», unicamente preocupada com a grandeza do seu próprio rendimento, sendo indiferente a forma como o obtém, que está na realidade o meio nutritivo ideal para o crescimento de uma burocracia «da produção» específica, cuja gestão não é menos (se não for mais) destruidora para o país do que o domínio dos «apparatchik» burocratizados. Logo no final dos anos 20, o partido alertou sagazmente para este facto.

Também a questão sobre o papel e o carácter da acção no socialismo das relações monetário-mercantis tem sido abordada de forma distorcida e teoricamente medíocre pelos oportunistas de direita. Não levam em conta a variabilidade histórica da relação do valor (e naturalmente todos os elementos estruturais concomitantes, subordinados a esta relação): o facto de que em diferentes regimes socioeconómicos a lei do valor sofrer diferentes modificações, que se desenvolvem de forma coerente e lógica. No entanto, a **modificação do valor** está estreitamente ligada à correspondente **forma de apropriação dos meios de produção**, de modo que não é possível, por exemplo, que numa mesma sociedade a lei do valor actue com a especificidade da modificação burguesa e que a forma de propriedade continue a ser «socialista». Mas é precisamente neste erro, por ignorância ou propositadamente, que caem os «teóricos» revisionistas de direita, exigindo que as relações de valor na economia socialista, e antes de mais os princípios da formação do rendimento (preço), sejam reconfiguradas à semelhança do sistema burguês explorador.

A partir da segunda metade dos anos 50, os direitistas na União Soviética e outros países socialistas bateram-se obstinadamente pela introdução na economia do princípio tipicamente burguês (e não «eterno e natural») do «lucro sobre o capital»: a formação do rendimento no preço proporcionalmente ao valor dos fundos de produção [capital fixo] e outros recursos materiais.

Não compreenderam (ou conscientemente não quiseram compreender) que este esquema da formação de rendimento histórico-concreto é próprio unicamente ao regime burguês e constitui em si um reflexo directo da relação principal da **propriedade privada das condições materiais de produção**, ao nível das formas de valor monetário-mercantis.

Se implantarmos à força a fórmula «lucros sobre os fundos» (recursos) na economia socializada, isso, em ordem inversa, arrastará consigo as correspondentes deformações ao nível das relações de apropriação.

Os administradores, «detentores» dos fundos e recursos, começarão a transformar-se numa espécie de proprietários «grupais-privados» de fragmentos separados do património nacional; surgirá a «necessidade» urgente de restaurar os mercados de capital e de trabalho vivo, o que observamos claramente no exemplo da China, onde a «admissibilidade» da propriedade privada no Estado socialista já está

oficialmente inscrita na Constituição, e o mercado da força-de-trabalho, o trabalho vivo como mercadoria, é visto como algo natural.

Porém, devemos declarar categoricamente que o regresso da força-de-trabalho à condição de mercadoria, manipulada e explorada para fins utilitários, e a «*legalização*» do desemprego são incompatíveis não só com a perspectiva de uma certa «*renovação qualitativa*» do socialismo, como também, em geral, com o socialismo como tal.

Invocar neste contexto a «*democracia*», a «*superação do afastamento dos trabalhadores dos meios de produção*», etc., só um demagogo politicamente corrupto, sabotador consciente da causa da classe operária, o pode fazer, ou, em caso contrário, um pacóvio irrecuperável, incapaz de assimilar uma só linha das obras dos fundadores do comunismo científico.

Entretanto, na ausência de um mercado livre dos principais factores de produção (incluindo a força de trabalho), os esquemas de formação de lucro e preços na base dos «*fundos*» [capital] não podem funcionar normalmente. Se não há concorrência livre entre capitais e a eliminação sem barreiras dos investimentos ineficientes, então o lucro formado segundo os «*fundos*», pela sua absurdidade, gera um «*mecanismo*» monstruoso, em que **o «rendimento» da actividade produtiva cresce grosseiramente «na proporção» directa do preço monetário corrente dos meios técnico-materiais envolvidos na produção.**

Isto provoca um «*interesse*» generalizado em todos os sectores pelo inflacionamento dos preços e pelo aumento artificial dos gastos materiais. Os «*resultados*» da produção crescem na sua expressão monetária, apesar de ao mesmo tempo poderem até diminuir na sua forma natural.

A subida dos preços grossistas pressiona os preços a retalho, e o Estado é obrigado a aumentar estes últimos, sem quaisquer melhorias sensíveis no abastecimento da população (como aconteceu na Polónia), ou então a abolir todas as restrições político-estruturais ao processo inflacionista espontâneo (como aconteceu na Jugoslávia), ou ainda (na «*nossa*» variante) tentar «*atenuar*» a subida dos preços a retalho, provocada pelos preços grossistas, à custa de subvenções orçamentais de milhares de milhões. Mas as subvenções «*abalam*» a economia, desequilibram-na completamente, privam-na do seu centro natural de gravidade, o qual constitui em qualquer regime o «*preço social*» do factor produtivo dominante, que se forma de modo histórico-concreto, objectivamente. Na economia burguesa é o «*preço do capital*» (a dinâmica do lucro sobre os fundos e as suas taxas); analogamente, no socialismo, é o «*preço do trabalho vivo*» (o nível e a dinâmica dos preços a retalho dos principais meios de reprodução da força de trabalho).

É esta a natureza e o «*mistério*» simples do que hoje chamam «***mecanismo de desperdício***» da economia. Em poucas palavras este é o «*mecanismo*» de acção (em rigor de uma «*anti-acção*» específica) dos esquemas importados de outro regime de **formação de rendimento sobre os fundos, nas condições da propriedade socialista dos meios de produção.** A resposta à pergunta como podemos livrar-nos desta «*mecânica*» é a seguinte:

É preciso erradicar os métodos viciosos, que não correspondem às leis objectivas do socialismo, de fixação do lucro no preço em proporção ao custo dos recursos técnicos-materiais, que foram introduzidos pela «*reforma económica*» de 1965-67. É

preciso retomar a política seguida até 1953 de preços baixos, e da sua constante diminuição (à medida da redução dos preços de custo), tanto dos meios técnicos como nos bens de consumo geral.

Todavia, convencemo-nos de que, sob a bandeira da reforma económica radical, Mikhail Gorbatchov e os seus «*conselheiros*» oportunistas estão a amarrar o país a uma decisão totalmente contrária (contrária quer à justa abordagem marxista, quer simplesmente ao bom senso): aprofundar (em vez de eliminar) o carácter da formação de preços com base nos «*fundos*», adicionando múltiplos «*pagamentos pelos recursos*»; caminhar gradualmente para a redução da forma socialista de propriedade, a pretexto de que as tendências negativas assim o «*exigem*», em benefício de formas camufladas ou explícitas de propriedade privada; legalizar uma variante bastarda dos mercados de capital e de trabalho, mais pernicioso do que a disputa concorrencial capitalista e o nosso actual desgoverno somados; fazer disparar descontroladamente os preços a retalho, na senda dos preços grossistas erradamente construídos, em vez de, inversamente, os preços grossistas voltarem a um nível «*justo*», depurando-os de todos os «*acréscimos*» parasitas, ditos de formação do rendimento.

Deve-se sublinhar que «*o desemprego gorbatchoviano*» (caso os «*gorbatchovistas*» consigam levar à prática, por algum tempo que seja, este seu projecto antipopular) será muito mais ignóbil e repugnante do que o correspondente fenómeno no estrangeiro. Isto porque a perda do emprego no nosso país irá completar «*harmoniosamente*» o sistema de colocação coerciva (ao fim de três meses), instituído pelo «*humanista*» Leonid Bréjnev, e de processamento criminal das pessoas que perderam os seus postos de trabalho contra a sua vontade, consideradas como «*parasitas*» que se «*subtraíram ao trabalho social útil*».

Agora algumas palavras sobre o problema dos preços a retalho. Os preços dos principais meios de reprodução da força de trabalho cristalizam-se, «*sedimentam-se*», num processo histórico concreto. Não podem ser instituídos (ou alterados abruptamente) por ordem de comando. Na nossa formação, a importância do nível de preços dos principais bens de consumo é análoga à importância da taxa média de lucro no capitalismo; é uma **grandeza formada objectivamente**, a qual, em primeiro lugar, não é praticamente passível de uma regulação arbitrária «*externa*», em segundo lugar, é-lhe inerente igualmente a **queda tendencial** determinada objectivamente. Porém, a queda tendencial acentuada desta **grandeza referencial** constitui um **indicador** integrado **da eficiência** do funcionamento de todo o conjunto da economia nacional.

No período do pós-guerra, esta situação fundamental para a compreensão de toda a actividade vital do socialismo foi assimilada socialmente no nosso país com uma clareza e argúcia excepcionais. Em resultado disto, a economia nacional estava orientada estruturalmente no seu todo, «*entrosada*», para a **dinâmica do nível dos preços grossistas**; a política económica era construída de modo a dar todo o espaço à lei objectiva da queda tendencial do «*principal nível de preços*».

Num curtíssimo intervalo de tempo isto produziu os frutos mais vigorosos: a sistemática redução massiva dos preços; a crescente saturação do mercado de consumo; o rápido aumento do bem-estar material e sociocultural dos trabalhadores.

Uma vez que se conseguiu encontrar o **critério da eficiência económica** inerente ao regime socialista, toda a actividade económica em geral adquiriu um carácter claramente **intensivo**: os ritmos de crescimento económico mediam-se em

dois dígitos, importantes indicadores como o retorno do investimento e o consumo de materiais apresentavam um bom desempenho.

No essencial isto constituiu a descoberta da **modificação socialista do valor**, ou seja, uma organização das relações monetário-mercantis que objectivamente se adequava à forma socialista de ligação do produtor concreto com os meios de produção. Ficava assim concluída a construção do edifício político-económico estritamente socialista, construção assente nos princípios justos e saudáveis do **marxismo-leninismo**.

As afirmações de que a estagnação que nos atingiu nos últimos 30 anos e a degeneração de todas as estruturas caracteristicamente socialistas, no essencial, teriam raízes «*nesses tempos*», constituem o «*grande embuste*» dos nossos dias, a Grande Mentira do século XX.

É absolutamente impossível entender por que razão as «*raízes da estagnação*» devem ser procuradas num período da nossa história em que não havia qualquer sinal de «*estagnação*»? Os problemas da economia nacional resolviam-se então com uma rapidez para nós hoje inconcebível; os ritmos de crescimento, repito, mantinham-se estavelmente nos dois dígitos; tínhamos efectivamente a melhor Educação e a melhor Saúde do mundo; e, o mais importante, a dinâmica dos indicadores determinantes da economia nacional (o custo de produção, os preços de consumo, o consumo de materiais, o retorno dos investimentos, a correlação entre o aumento da massa salarial e da produtividade do trabalho) mostrava um quadro de conjunto **diametralmente oposto** àquele que se observou ao longo de toda a época de estagnação.

Não seria mais honesto e correcto começar a contagem dos fenómenos negativos: o persistente abrandamento geral dos ritmos de crescimento, a queda do retorno dos investimentos, o aumento do consumo de materiais e dos custos de produção, a subida injustificada dos preços, quer dos preços grossistas, quer dos a retalho, a degradação da esfera social, o surgimento de «*ténias*» de subvenções no organismo económico, etc.; não seria mais honesto e correcto começar a contagem a partir do momento em que tudo isto **de facto começou**? E não a partir daqueles anos em que o retorno dos investimentos crescia e o consumo de materiais diminuía?

Além disso, conhecemos com precisão o momento histórico concreto em que o quadro geral da dinâmica da economia nacional começou rapidamente e forma alarmante a «*mudar para o sinal contrário*»: a segunda metade dos anos 50. E isto não foi resultado de um qualquer «*stalinismo*», mas do «*khruchovismo*». Foi o resultado de golpes exasperados, imperdoáveis pela sua absurdidade, os quais, sob o estandarte da «*luta contra o culto da personalidade*», atingiram também conquistas reais, genuinamente históricas pelo seu significado, do desenvolvimento socialista, antes de tudo, a modificação socialista do valor. Ou seja, a linha para a elevação do nível de vida das massas através da redução metódica (e não subida) dos preços, o que significa também a redução, a montante, dos custos de produção; a linha para a multiplicação da riqueza social através da criação de poupanças saudáveis **no interior da economia**, e não por via de manipulações de preços no papel que não aproveitam a ninguém.

De tudo o que foi dito torna-se evidente que, na questão dos preços, o principal problema reside nos preços de produção e não nos preços de consumo. São precisamente os preços de produção [grossistas] e não os preços a retalho que precisam de uma profunda «*reforma*», no sentido de serem depurados e libertados de diversos «*falsos custos*» e limitados os gastos aos níveis r e a i s socialmente necessários nas

condições do socialismo. No que respeita às subvenções, deve-se dizer que hoje se «*subvenciona*» não os consumidores mas os produtores, os quais, por força da bitola de preços pela qual a sua actividade é avaliada, são literalmente obrigados, empurrados para o desperdício, o desgoverno, a degradação da qualidade, por vezes até para a pura falsificação, para a obtenção de rendimentos realmente não provenientes do trabalho. No presente momento, este é o «*nó*» prioritário que está a travar toda a nossa máquina económica. E propõem-nos que em vez de o desatar, pelo contrário, cedamos à pressão que está a provocar e subamos ainda mais os preços a retalho, de modo a «*perenizar*» economicamente as deformidades atrás enumeradas, e assim e transferir todo o seu peso para os ombros do trabalhador comum.

Dever-se-ia, por isso, pôr termo às fanfarronices no sentido de que, alegadamente, «*não há alternativa*» à «*perestroika*», na sua execução, atrás referida, pelos renegados de direita. Não só **há** uma alternativa racional, demonstrável cientificamente a partir de posições marxistas, como, hoje, é já claro para a crítica que a própria concepção adoptada de «*perestroika*» é irrealizável, simplesmente porque não constitui nenhuma alternativa para o povo soviético na situação criada.

Assim, a concretização das alterações planeadas dos preços grossistas constituiria não uma «*alternativa*», mas uma autêntica catástrofe para a imensa massa dos trabalhadores com salários médios e mais ainda para aqueles com baixos rendimentos, para os pensionistas, jovens e outras categorias da população.

A conversa fiada sobre «*compensações*» ou a «*indispensável manutenção do nível de vida*», as promessas estúpidas de que supostamente a carne dobrará de preço, mas os televisores a cores tornar-se-ão duas vezes mais baratos; tudo isto ou é uma manobra premeditada de diversão ou fruto de uma ignorância inadmissível, tal a sua dimensão, sobre matéria económica.

Não faz qualquer sentido o Estado «*compensar*» integralmente a população pela subida dos preços e manter intocável o nível de vida, uma vez que nada obteria de semelhante operação. As «*compensações*» não poderão ser maiores do que, digamos, numa qualquer lotaria; nenhum sorteio se realizaria se o total de participantes perdedores não superasse largamente os «*sortudos*» ganhadores, ruidosamente publicitados. Acontecerá exactamente o mesmo com o aumento dos preços dos principais produtos alimentares. Nenhuma outra coisa baixará um kopeque que seja; pelo contrário, o aumento acentuadamente do **custo nominal da reprodução da força de trabalho** irá pesar sobre o **custo de produção** de todas as mercadorias sem excepção, quer as que se destinam à indústria, quer as que chegam ao mercado de consumo. No final não teremos como «*prenda*» televisores e sapatos mais baratos, mas apenas a perspectiva de sucessivas subidas na espiral inflacionista.

Outro erro grosseiro na concepção da «*perestroika*» constitui a desnecessária «*equiparação de direitos*» da forma cooperativa de propriedade à forma estatal. Aqui, mais uma vez, é ignorada a interligação estrutural intrínseca das formas de propriedade com a **modificação das relações monetário-mercantis**. A questão é que tanto a propriedade estatal como a propriedade cooperativa funcionam «*de parceria*» com diferentes modificações do valor.

Um operário industrial numa empresa do Estado recebe (e assim deve ser), no essencial, o «preço» social da reprodução da sua força de trabalho. Um produtor mercantil independente, individual ou cooperativo também reproduz, naturalmente, o custo da sua força de trabalho, mas o principal «chamariz» para ele é a possibilidade de se apropriar de uma parte substancial do **sobreproduto**, ou seja, receber não o pagamento pelo trabalho, mas o **rendimento** habitual de um **empresário privado**.

Esse rendimento, por muitas voltas que se dê, apenas pode ser obtido da exploração: inicialmente da exploração de «penúrias» existentes na sociedade, de insuficiências na produção destes ou daqueles bens ou serviços, e no seu estado «puro», desenvolvido, da exploração de meios técnico-materiais e do trabalho assalariado. Mas lá onde começa a exploração do trabalho assalariado por privados (ou grupos de privados, isto é, «cooperativas»), deve-se acabar com o palavreado sobre o «socialismo».

Há coisas que não podem ser em «simultâneo» socialistas e capitalistas, como uma mulher não pode ser ao mesmo tempo virgem e parturiente; não existe nenhuma concorrência «socialista» de investimentos ou um «desemprego» socialista ou uma exploração «socialista» de um trabalhador assalariado por um privado. Lá onde tudo isto existe, simplesmente não há socialismo.

São por isso absolutamente justificadas a irritação e indignação crescentes das pessoas com os chamados «salários» dos actuais cooperativistas; as pessoas sentem nas «entranhas» que não se trata de «salários», mas exactamente de rendimento, com frequência especulativo.

Toda a teoria económica de Marx assenta na simples premissa (perfeitamente captada pelo instinto de classe dos trabalhadores) de que uma pessoa não pode (e não deve) ganhar mais do que o **salário**, isto é, o custo socialmente estabelecido da reprodução alargada das suas capacidades laborais. Tudo o resto é o **sobreproduto**, o qual tem sempre uma natureza social, e por isso, num regime social judicioso, é sujeito à **socialização**: consolidação, distribuição e utilização através de canais sociais. A partilha do sobreproduto antes de entrar nas «artérias» da sociedade, a criação de condições para essa partilha são relações económicas de **apropriação privada**, burguesas pela sua natureza, para cujos perigos do seu desenvolvimento «no domínio do comércio, etc.» V.I. Lênine alertou frontalmente e sem reservas no momento da introdução da *NEP*.⁵

Com o exemplo das «iniciativas» antialcoolismo e de uma série de outras, Mikhail Gorbatchov demonstrou à sociedade que, como legislador, não possui a menor «intuição» das consequências práticas das medidas que concebe. Assim é no presente caso; evidentemente que, primeiro que tudo, é preciso ter a perspectiva do desenvolvimento do fenómeno que se está a promover.

V.I. Lênine agiu numa situação histórica diferente. Perante ele estendia-se todo um oceano de pequenos e pequeníssimos empresários que era preciso «conciliar» com o poder soviético, encaminhar para o socialismo, e não colocá-los à margem de

⁵ Cf. «Discurso sobre a Nova Política Económica, de 29 de Outubro, na VII Conferência da Gubérnia de Moscovo do Partido, 29-31 de Outubro de 1921», V.I. Lênine, *Obras completas* (em russo) t. 44, pp. 211-212.

tudo isto. Em comparação com esse oceano de «*capitalismo anárquico*»⁶ de pequenos produtores mercantis, a cooperação constituiu naturalmente um enorme avanço (apesar, sublinho, de se basear precisamente na mesma «*versão*» da lei do valor, de rentabilização do fundos e apropriação privada, de qualquer produção capitalista). De qualquer modo, o desfecho desse processo, irreversível e bastante rápido, mesmo que decorra da forma mais idílica, é a transição para uma organização historicamente superior, «*laboral*» e «*automaticamente*» não exploradora, de toda a esfera monetário-mercantil. Por outras palavras, era «*fatal*» ocorrer a socialização cooperativa da produção (tal como preconizou V.I. Lênine), na prática a estatização dos meios de produção. Em caso contrário, sob a pressão das exigências do progresso científico-técnico, ocorreria a habitual concentração capitalista, e, mais uma vez, não teria havido qualquer socialismo.

Pergunta-se então: em nome de quê devemos hoje tomar a «*carreira*» de volta? Porquê descer para um degrau notoriamente inferior à socialização socialista já alcançada, estruturalmente profunda (mesmo que muito obstruída pelo burocratismo), abandonar a configuração socialista da lei do valor, cujo brilho em tempos já nos iluminou?

Porquê «*descolectivizar*» o campo, «*desnacionalizar*» a indústria, abrir campo a um tipo de propriedade que imediatamente nos arrastará (objectivamente não poderá deixar de nos arrastar) para a «*reconstrução*» completa da economia nacional nos moldes capitalistas? Ninguém se opõe à luta contra o burocratismo, mas não precisamos de uma «*cura*» do burocratismo que, em vez de banir a doença, mate «*preventivamente*» o doente.

Teses gerais teoricamente erradas não podem produzir resultados positivos nas práticas económicas. É precisamente aqui que radica a razão de não haver «*uma viragem decisiva*» na situação económica, de o clima económico «*melhorar lentamente*», segundo as expressões eufemísticas usadas pelos nossos dirigentes ainda no período da estagnação.

Em rigor, a situação não teve qualquer melhoria, e em alguns aspectos essenciais até piorou claramente, mesmo em comparação com o tão censurado 11.º quinquénio, no qual L.I. Abáلكine centrou a sua intervenção na última conferência do partido.

Repito novamente, a causa do curso tão indesejável dos acontecimentos não é o facto de, como se tem dito, uma «*reforma radical*» exigir tempo, etc., mas a circunstância de que **todo o complexo de ideias, no qual se apoia a «reforma» encetada, não tem correspondência com as leis económicas objectivas do processo de formação e desenvolvimento do modo de produção socialista como primeira fase do comunismo.**

Valerá a pena lembrar que Mikhail Gorbatchov iniciou a sua actividade como secretário-geral do CC do PCUS lançando a palavra de ordem da «*aceleração*»; isto parecia racional, lógico e todos o podiam perceber: os ritmos de desenvolvimento da economia nacional caíam catastroficamente, era preciso empreender qualquer coisa. Depois, quando a série de medidas apressadas e avulsas (a maior parte de ordem organizativa superficial) não produziu nenhuma «*aceleração*», como aliás seria de

⁶ Cf. «*A Nova Política Económica e as Tarefas dos Instrutores Políticos. Discurso no II Congresso de Toda a Rússia de Instrutores Políticos, 17 de Outubro de 1921*», V.I. Lênine, *Obras completas* (em russo), t. 44, p. 163.

esperar, começaram a dizer que para conseguir a «*aceleração*» era necessária a «*perestroika*».⁷ Empenharam-se na «*perestroika*» e de repente, não eram passados ainda três anos, verificou-se que a «*perestroika*» e a «*aceleração*» eram incompatíveis; para levar a cabo a «*perestroika*» não se podia atingir os objectivos do quinquénio (e vice-versa). Mas «*vice-versa*» parece que já não é possível, uma vez que o quinquénio, ao que tudo indica, de uma forma ou de outra já tinha fracassado, com ou sem «*perestroika*».

Olhando para todos estes ziguezagues teórico-práticos, no lugar de Mikhail Gorbatchov, abster-me-ia de declarações peremptórias e amplamente difundidas, garantindo ter uma «*concepção*», uma «*linha estratégica*» ou algo parecido, que permite «*com conhecimento de causa tomar decisões para o presente e o futuro*».⁸

É surpreendente o sortido de «*argumentos*» com que Mikhail Gorbatchov procura demonstrar um alegado «*revigoroamento*» socioeconómico. «*O rendimento nacional cresce mais rapidamente do que o previsto no plano*»⁹ Qual plano? Um plano já rectificado? Segundo o plano, no primeiro trimestre deste ano, o rendimento nacional deveria ter crescido 6,6 por cento, mas na realidade, de acordo com os dados do Comité Estatal de Estatísticas, cresceu apenas quatro por cento; deve-se ainda notar que, de há uns tempos para cá, por alguma razão, os relatórios indicam o rendimento nacional «*gerado*» e não líquido (isto é, «*utilizado para a acumulação e consumo*»), como foi sempre norma. Os números do rendimento «*líquido*», obviamente, serão ainda mais modestos.

Também a frase sobre a «*ultrapassagem dos ritmos de crescimento da produção de bens de consumo geral*» não condiz com as prateleiras semivazias nas lojas e com os tormentos que passam os consumidores comuns, devido à penúria dos mais simples artigos indispensáveis de consumo, caso dos dentífricos e outros do género.

E nem vale a pena referir-me à parte relativa ao crescimento da construção: «*escolas do ensino geral em 22 por cento, estabelecimentos pré-escolares, clubes e centros de cultura, em quase um terço, hospitais, duas vezes*». Na imprensa já se mencionou que estes «*marcos*», à primeira vista impressionantes, foram obtidos de forma manipuladora, à custa de objectivos iniciais ridiculamente baixos.¹⁰

⁷ O termo russo «*perestroika*» significa reestruturação, reorganização ou reconstrução. (N. Ed.)

⁸ *Pravda*, de 1 de Julho de 1988, p. 2.

⁹ *Pravda*, de 29 de Junho de 1988, p. 2.

¹⁰ «*No anúncio dos resultados do primeiro trimestre, as palavras sobre a ultrapassagem dos objectivos do plano, relativos à construção de habitação e de equipamentos sociais e culturais, soaram como fanfarras triunfantes. Porém (...) veio-se a saber que os bons resultados nem de longe se devem aos esforços dos construtores. Os objectivos planificados eram simplesmente miseráveis! Assim, os objectivos do trimestre relativos à entrega de habitações representavam apenas dez por cento do programa anual; de estabelecimentos pré-escolares, 3,5 por cento, de lares para idosos e inválidos, 1,5 por cento. Assim, era difícil não ultrapassar o plano! E como se pôde omitir esse facto na comunicação oficial feita à imprensa?» (C. I. Ritov, «*Estatística e estilística*», *Izvéstia*, de 14 de Junho de 1988, p.1)*

Pelos vistos puderam e não só «*à imprensa*», mas também aos participantes da Conferência Nacional do Partido. E isto suscita um outro raciocínio: os objectivos do plano não terão sido rebaixados, premeditada e deliberadamente, para criar ante os delegados da conferência a ilusão de uma pretensa «*súbita viragem para as pessoas e as suas necessidades*», «*viragem*» que não existe nem é expectável?

E ficamos totalmente perplexos quando se apresenta como prova da «*melhoria dos resultados reais*» a ultrapassagem pelas empresas que já entraram no «*novo sistema de gestão*» dos objectivos de lucros, os quais foram previamente rebaixados no plano, como é sabido. Afirma-se a este propósito que, alegadamente, «*o mecanismo económico funcionou*». Camarada Gorbatchov, o mecanismo económico funciona dessa maneira pelo menos desde 1966, e foi essa maneira de «*funcionar*» que levou a economia para o estado lastimável em que hoje se encontra. Isto não é senão o célebre «*mecanismo*» de rectificação dos objectivos do plano no sentido do seu abaiçamento.¹¹

As considerações atrás expostas mostram, aliás, a inconsistência das intragáveis referências ao 8.º Quinquénio como «*o melhor dos últimos*».¹² De quais dos «*últimos*»? É perfeitamente conhecido que os indicadores da economia nacional, quer no 8.º Quinquénio, quer em qualquer outro período posterior, nunca mais voltaram aos

Mas isto não é tudo. Na informação, «*No Conselho de Ministros da URSS*» (*Pravda*, de 21 de Junho de 1988, p. 2), ficamos a saber que «*o número de novas escolas que entraram em funcionamento, em comparação com o primeiro semestre do ano passado, diminuiu 22 por cento, de escolas técnico-profissionais, 32 por cento, de estabelecimentos pré-escolares, seis por cento, de policlínicas, 16 por cento*».

Em que ficamos no fim de contas? O número real de novas escolas é 22 por cento superior ou 22 por cento inferior? Quem pode entender estas «*rigorosas*» estatísticas?...

¹¹ «*O sistema vigente de incentivos económicos privilegia sobretudo a ultrapassagem dos objectivos dos planos anuais. Isto é confirmado pela análise dos indicadores da actividade de 580 empresas de diferentes ramos da indústria, que transitaram para o novo sistema em 1966 (...) Os objectivos planificados das referidas empresas, relativos à realização da produção e ao lucro, foram rebaixados entre 15 a 35 por cento; em algumas empresas (...) os ritmos de crescimento destes indicadores foram 1,5 a 2 vezes inferiores aos constantes nos relatórios de contas do ano anterior, mas a execução do plano atingiu 110-116 por cento; com frequência os ritmos de crescimento foram duas vezes superiores aos planificados. A análise dos projectos do plano para o período entre 1968-1973, apresentados pelos ministérios ao Gosplan da URSS, mostra que os principais indicadores técnico-económicos foram rebaixados em média 20 a 40 por cento*».

(A.V. Batchúrine, *Métodos de Gestão Económica Planificada*, ed. Ekonomika, Moscovo, 1973, pp. 242-243)

Como «*circunstâncias concomitantes e determinantes*» indissociáveis, a subavaliação das projecções de lucros no plano manifestou-se logo no «*subaproveitamento das capacidades produtivas instaladas*», na «*deficiente padronização e utilização de matérias-primas e materiais, no não cumprimento dos objectivos de introdução de novas técnicas e tecnologias*». (A. Duguinov, «*Porque se subavaliaram os planos?*», *Pravda*, de 4 de Agosto, de 1974, p. 2.)

«*No essencial é patente a tendência para adaptar os objectivos à sua execução real, isentar de responsabilidades os dirigentes negligentes, esconder as insuficiências no trabalho*», constatou o *Pravda* a este propósito em 1978. («*Uma lei para cada um*», *Pravda*, de 12 de Julho de 1978, p. 3)

E eis, já em 1988:

«*A maioria das empresas continuam como antes a procurar reduzir os objectivos do plano*» (...) «*a concessão de amplos poderes aos colectivos não resultou no aumento da eficiência, mas no seu contrário: na redução adicional dos objectivos do plano*». (P. Bunitch. «*O plano do quinquénio e o destino da perestroika*», *Izvéstia*, de 20 de Maio de 1988, p. 2.)

¹² Cf. *Pravda*, de 1 de Julho de 1988, p. 8.

níveis anteriores a 1957-1958. O «*arranque*» dos ritmos de crescimento no 8.º Quinquénio foi obtido, em parte, numa base saudável: deveu-se ao restabelecimento, pelo Plenário de Setembro do CC do PCUS de 1965, do sistema de administração por ramos da indústria, **normal** para uma economia socialista planificada, em substituição dos *sovarkhozi* [soviets de economia nacional de âmbito regional], criados por Khruchov.

Mas a outra parte bastante substancial em que assentou a recuperação não era, infelizmente, saudável, mas profundamente manipulativa: a «*superação*» das metas traçadas no plano ocorreu, como já vimos, graças à redução da base de partida, de acordo com as reservas produtivas existentes. Além disso, foi precisamente no 8.º Quinquénio que começaram a ser «*registadas*» fontes de recursos e uma série de fenómenos destruidores, os quais ainda hoje pesam sobre a nossa economia: o carácter inflacionista do processo de formação de preços, sobreavaliação das necessidades de investimentos de capital, o que conduziu à imobilização de enormes recursos num crescente «*estaleiro*», a eliminação do sortido de artigos baratos de consumo geral, que dolorosamente atingiu o nível de vida das camadas com menores rendimentos e socialmente menos protegidas, etc.

Em resumo, Mikhail Gorbatchov não tem com que se «*gabar*» de ser um «*reformador da economia*». Entretanto, estamos já no quarto ano da sua permanência «*no poder*». Segundo as normas democrático-burguesas, que o seu coração tanto aprecia, nesta altura, até mesmo o presidente norte-americano deveria fazer o balanço completo da sua governação, e não empanturrar o povo com promessas: se lhe dessem não quatro anos, mas 20 anos de mandato na Casa Branca, seria capaz de produzir um milagre económico como nunca se viu.

Por que razão, pergunta-se, em vez de abirmos os horizontes de vida, de forma real e sensível, deveremos de novo prepararmo-nos para «*longas etapas*» intermináveis e «*períodos continuados*», no final dos quais (e nunca antes) pode ser que nos toque alguma coisa?

A vida da geração à qual foi feita a promessa jurada por Nikita Khruchov e pelos seus associados, em nome do partido, de que em 1980 entraria no comunismo, atravessou «*longas etapas*» extenuantes, plenas de sacrifícios e expectativas, e umas atrás das outras, invariavelmente terminaram com uma mão cheia de nada.

Esperaram pelo comunismo, que não passou do papel de um programa do partido precipitado e abertamente demagógico; depois esperaram mais 18 anos que o bode desse leite, que finalmente o inexistente «*socialismo desenvolvido*» amadurecesse e começasse a dar frutos. Agora, seguindo pelo mesmo trilho já bem rodado, também a «*perestroika*» rapidamente adquiriu os traços conhecidos de um «*processo longo*» que provoca bocejos.

Está bem de ver, de resto, que os artífices de todos estes «*longos processos*» que se arrastam infinitamente, bem como os autores das respectivas «*concepções*», não viveram um só dia a rotina quotidiana de quem espera por melhores condições, à qual condenaram os seus concidadãos: não, para eles tanto o «*comunismo*» como o «*socialismo amadurecido*» surgiram imediatamente e em pleno, e não dentro de 18 ou 20 anos.

A este respeito Mikhail Gorbatchov não é excepção. Em mais de três anos nunca vimos a sua esposa, essa «*primeira-dama*» do Estado operário-camponês, duas vezes com o mesmo vestido ou fato, nem sequer com o mesmo casaco de peles ou com

o mesmo conjunto de joalheria. Percebe-se que com um tal tipo de vida se possa planear facilmente a «perestroika» para um prazo de mais duas décadas no mínimo.

Como se não bastasse ainda mandam calar os outros e exigem-lhes que «façam o seu exame de lealdade à perestroika», quem não o fizer, que seja «retirado do caminho». Não é tempo, camarada Gorbachov, pelo menos agora na época da «democratização», de perceber que não somos **nós** que temos de fazer o exame perante **vós**, ao contrário, **sois** vós a **nós**, ao povo; vós propusestes o que considerais ser uma «concepção» para o futuro do país, e pedistes que vos fosse dado o poder para realizar o vosso programa de acção. O povo tem o direito de julgar se esse programa corresponde aos seus interesses, e está no direito de exigir que aquilo que **não** corresponde seja a tempo, sem quaisquer «etapas longas», retirado do caminho do desenvolvimento socialista, objectivamente determinado e iluminado pela ciência marxista-leninista.

E a questão aqui não está tanto em que as pessoas estão cansadas de esperar, mas sobretudo no facto de que esta espera é inútil e vã. Não são os «burocratas», os «conservadores», etc., que resistem à realização da «perestroika» de Gorbachov. Essa resistência resulta do seu próprio conteúdo teórico-ideológico pútrido, que decepa implacavelmente os princípios saudáveis que restam da realidade socialista.

Hoje tornou-se um «lugar-comum» no nosso país afirmar que Stáline, alegadamente, «levou a cabo um golpe contra-revolucionário».¹³ Uma vez que já são «lugares-comuns» afirmações de que, alegadamente, algum dos secretários-gerais do CC do nosso partido foi capaz de realizar «golpes» de tal monta, então permita-me que expresse a minha opinião sobre este assunto.

O verdadeiro «golpe contra-revolucionário» realizado na história do Estado soviético, a viragem (ou regresso) do marxismo-leninismo para a conciliação social e a defecção, não foi levado a cabo por **Stáline**, mas por **Khruchov**. Depois isto foi muito bem consolidado pela «reforma económica» de Bréjnev e Kossíguine. É absolutamente falso, afirmamos desde já directamente, que estas «iniciativas» tenham sido, na sua essência, **objectivamente aventureiras**, que se tenham «afogado» porque os planos não foram aplicados devidamente, ou que o sistema político tenha permanecido intocado, etc.

Porventura, no tempo de Khruchov, não foram «reformadas» as relações político-administrativas e político-organizativas? Não se pode igualmente subestimar o radicalismo (é certo que com um sinal «negativo») das inovações de 1965-1967. Com efeito destruiu-se a **modificação do valor** adequada à socialização socialista dos meios de produção, foi totalmente desfigurado o esquema de «funcionamento» das regras de funcionamento das relações monetário-mercantis na economia anti-exploração.

Deste modo, para grande infelicidade, não se pode dizer que estas inovações próprias de Heróstrato¹⁴ se tenham «afogado»; antes se deve dizer que foi a nossa economia, a nossa economia **socialista**, que por sua causa se «afogou» dolorosa e dramaticamente. O seu desenvolvimento impetuoso foi quebrado, detido por um absurdo «dique» artificial, que travou o livre fluxo do seu gigantesco potencial ainda longe de estar esgotado. Eis ante nós, em toda a sua hediondez, a autêntica e não

¹³ Cf. D. Zatonski, «Porque se denunciaram a si próprios e outros», *Nedélia*, 1988, n.º 28, p. 7; A. Latinina, «Saído do inferno», *Literaturnaia Gazeta*, de 13 de Junho de 1988, p. 4.

¹⁴ Heróstrato, grego que, em 356 a.C., incendiou o templo de Artémis, em Éfeso, na actual Turquia, considerado uma das Sete Maravilhas da Antiguidade. (N. Ed.)

inventada **deformação do socialismo**, sem a superação e rectificação da qual devemos, realmente, «*colocar uma cruz*» sobre o nosso Estado como Estado socialista que constrói a sociedade socialista.

Neste contexto, as propostas de Mikhail Gorbatchov, independentemente das suas motivações subjectivas, não são o bisturi para extirpar o mal, mas apenas o tumor visível, que deve ser lancetado e extraído de toda uma zona infectada, cujo estado patológico tão avançado exige realmente uma «*intervenção cirúrgica*», sagaz e determinada, nas entranhas do organismo económico da base. Mas essa intervenção salutar não foi sequer iniciada.

Tal como a «*teoria*» (e prática) económica da «*perestroika*» constitui uma tentativa capitulacionista de direita e anarco-sindicalista de «*desmantelamento*» das **estruturas de base próprias ao socialismo**, também a sua variante «*política*» constitui um programa aberto de «*desmantelamento*» das **instituições políticas próprias ao socialismo**, e a sua substituição pelas instituições do parlamentarismo burguês.

Analiseemos alguns aspectos determinantes a este propósito.

Agora é claro para todos (deveria ser claro em qualquer caso) que a proclamação de Khruchov de «*transformação da ditadura do proletariado no Estado de todo o povo*» foi na época uma mera demagogia totalmente infundada, tal como o foi depois o «*surgimento*» do alegado «*socialismo desenvolvido*» de Bréjnev.

Porém, é indiscutível que a doutrina marxista prevê, no degrau superior do comunismo, a fase do surgimento de um «*meta-Estado*» peculiar (um Estado de todo o povo, se se quiser); um sistema «*de participação de cada um na governação*», segundo Lênine, em que **cada** cidadão, sem qualquer exclusão, se torna um membro da sociedade politicamente «*soberano*», **não ignorável** politicamente, um autêntico «*ser político*».

Gostaria de chamar a atenção para o importantíssimo ponto de que, na doutrina do marxismo-leninismo, não se fala de extinção da política, como muitas vezes se diz, mas da extinção, segundo a formulação exacta de Marx, «*do Estado político abstracto*», ou seja, do Estado que exclui as massas populares da participação efectiva na vida política. A **política** nunca em parte alguma poderá «*extinguir-se*», uma vez que as relações políticas são a essência das relações em torno dos princípios subjectivos da pessoa humana, ou seja, criativos, «*investigadores*», social-empresendedores, que constituem o núcleo da sua personalidade, o sentido da sua existência terrestre.

O marxismo não preconiza a «*extinção*» destes princípios individuais, tal seria o cúmulo do absurdo, mas sim que não haja nem um ser humano que não tenha a possibilidade garantida **institucionalmente** de realizar estes princípios. Por outras palavras, na fase superior do comunismo a «*política*» correctamente compreendida não se extingue, não se «*dissolve*», mas pelo contrário, «*envolve*» literalmente toda a sociedade; a democracia torna-se de «*cada um*», torna-se **não representativa**,

porque cada um terá a possibilidade de se exprimir como sujeito, como um elemento empreendedor do desenvolvimento da sociedade, directamente, sem «delegar» em ninguém a sua vontade criativa («política»).

Mas então, nesse caso, o que é que se «extingue»?

Extinguir-se-ão, pertencerão gradualmente ao passado, sairão de cena as estruturas democráticas **representativas**, as quais, devido à sua imperfeição histórica, separam o cidadão de «baixo» do poder, afastam-no de uma efectiva participação, desde logo porque a própria circunstância da «representatividade» o obriga a delegar noutra pessoa (a um deputado aos órgãos eleitos) o seu «direito natural» de participar em decisões de sociais importantes.

Por conseguinte, no caminho entre o socialismo e o comunismo (e a diferença política entre ambos será «enorme», como Lênine preveniu), a grande linha geral da mudança passa pela substituição do princípio da **representatividade** pelo da **não representatividade**, pela participação de «cada um», ou (o que é o mesmo) pelo do «autogoverno». No entanto, a noção de «autogoverno» é associada à falsa ideia enraizada de que, supostamente, tal significaria na prática a inexistência na sociedade de estruturação institucional centralizada e universal. Semelhantes pontos de vista são arcaicos e ingénuos. O «autogoverno» comunista (a participação de cada um na governação) não significa a abolição de todas as instituições. Pelo contrário, o nascimento de uma carcaça institucional sem precedentes na história, pelo seu vigor, «total permeabilidade», eficiência e ao mesmo tempo «transparência» e «ligeireza», não implica o «desmantelamento» da organização político-jurídica, mas a passagem da humanidade, no seu desenvolvimento organizado, para um degrau qualitativo incomensuravelmente mais elevado. «O «meta-Estado» do comunismo não é algo que seja passível de «extinção»; é justamente o **fruto e resultado** da extinção histórico universal da democracia representativa.

No período anterior ao socialismo, o Estado burguês parlamentar constituiu, seguramente, a realização mais desenvolvida do princípio democrático-representativo. Necessariamente, os soviets adoptaram muitos aspectos do parlamentarismo burguês. Como é sabido os soviets são também uma estrutura democrático-representativa (mas de modo algum de «autogoverno»!). Lembremos que o fundador do Estado soviético, V.I. Lênine, de uma forma ao mesmo tempo realista e lúcida, caracterizou-o como «um Estado burguês sem burguesia».

«Um Estado burguês sem burguesia» ou (segundo outra definição clarividente de Lênine) um «Estado operário-camponês com uma deformação burocrática» são precisamente as «fórmulas» marxistas científicas da **ditadura do proletariado**, a organização do poder segundo o princípio dos soviets, esfera político-organizativa da qual historicamente ainda estamos longe de sair, mas em cujos limiares já nos encontramos plenamente.

Por conseguinte, em resposta à pergunta o que é que da nossa actual «fazenda» institucional «se extingue» no comunismo, segue-se um resumo «inesperado» para certos marxistas de meia-tigela: extinguir-se-ão... sim, não vos horrorizeis, os soviets, extinguir-se-á o «Estado burguês sem burguesia», o qual, como hoje nos convencemos profundamente, não se mantém «sem uma burguesia» deste ou daquele tipo; a natureza abomina o vazio.

Mas há também um aspecto no sistema político-institucional da ditadura do proletariado que não só **não** se extinguirá, como se desenvolverá na historicamente nova e mais perfeita «rede» estrutural, necessária à ordem social: trata-se do princípio

comunista da governação partidária, através da «*vanguarda política*» da sociedade, o princípio da **governação mediante o exemplo próprio**.

O princípio da «*vanguarda*», de facto, representa justamente o protótipo de uma organização de poder **não representativa (de autogoverno, «por cada um»)**. Numa tal «*corporação governante*», como o partido dos trabalhadores, que exprime e defende os seus interesses, determinados objectivamente e subjectivamente deliberados, as pessoas entram, «*por definição*», não por delegação de alguém, mas porque sentem a sua missão social, o seu dever, e aspiram cumprir abnegadamente esse dever, servir a Pátria e dar um exemplo inspirador, um exemplo moral aos seus concidadãos. Cada um «*representa-se*» em primeiro lugar a si próprio, e só representará outros na medida em que conseguir convencê-los, inflamá-los com o seu exemplo. Assim, este tipo de «*familiarização com o poder*» é fundamentalmente «**não representativo**», no estrito sentido científico deste termo. Uma tal «*carreira no poder*» está aberta para qualquer um, ou seja, **por princípio é «para cada um»**: brilha tu próprio, que outros serão iluminados por ti. E uma vez que cada um aqui decide por si próprio, a influência sobre os outros depende inteiramente da força persuasiva das decisões próprias e da vontade de as realizar «*pelas próprias mãos*». É então que começa o **autogoverno** (na sua única interpretação racional), desaparece a divisão exógena coerciva entre «*dirigentes*» e «*dirigidos*», que destrói a personalidade humana, torna-se profundamente voluntária a subordinação a um acto de administração, dado que as pessoas já não o encaram como um poder que lhes é hostil e manipulador, mas algo racional e concreto que corresponde a uma necessidade sua, apenas materializada e «*formalizada*» nos devidos termos.

Em conclusão, daqui decorre que o **partido**, como organismo de governação, é o portador da tendência ascendente, de futuro, do nosso desenvolvimento estrutural institucional, enquanto os soviets representam, em certo sentido, a tendência em declínio. Naturalmente que isto não significa que se deva suspender o trabalho de aperfeiçoamento e melhoramento do aparelho dos soviets ou tentar artificialmente forçar a sua «*extinção*»; nenhum fenómeno histórico-social sai de cena sem primeiro esgotar e desenvolver em plenitude todas as possibilidades fecundas que encerra. No entanto, por outro lado, constituiria um lapso muito mais grave «*desmantelar*» o **princípio da governação pelo partido a favor da governação pelos soviets**: amputar a competência operacional-económica dos órgãos do partido, limitar as funções do partido unicamente à actividade de educação ideológica, transformar o partido, como antes se dizia, num clube de discussão.

Se avaliarmos sob este ponto de vista as teorias «*inovadoras*» avançadas por Mikhail Gorbatchov, vemos que contrariam profundamente as leis histórico-objectivas da formação da sociedade socialista altamente desenvolvida, capaz de se transformar em comunismo, e que na realidade já começou de forma natural a caminhar para o comunismo.

É certo que o partido não deve perder a sua face como organização primeiro que tudo ideológica, político-ideológica, não deve «*atascar-se*» no trabalho de gestão económica e administrativa, burocratizar-se ou degenerar numa secretaria. Mas é preciso combater isso sem lhe «*cortar*» poderes na economia (os quais de qualquer modo, cedo ou tarde, ser-lhe-iam devolvidos), fazendo com que esses poderes sejam exercidos com métodos específicos do partido e não com os métodos míopes dos «*mangas-de-alpaca*».

Valerá a pena sublinhar em particular que os propagandistas do recém-aparecido «*Estado de direito socialista*», totalmente incapazes de descrever a sua essência de forma inteligível para o auditório «*interno*», se mostram incomparavelmente mais fluídos e convincentes perante o auditório externo, onde a sua prolixidade é amavelmente escutada e reproduzida em entrevistas a meios de informação ocidentais. Aqui prontamente deixam de mastigar, de se embrulhar e perdem a «*vergonha*». Com fluência explicam, como fez por exemplo M. Sturua, numa entrevista transmitida no Verão passado pela *Voz da América*, que o «*Estado de direito socialista*» é um Estado parlamentar habitual, «*normal*» (por outras palavras, burguês), com governo presidencial e com a correspondente separação dos poderes legislativo, executivo e judicial. É precisamente para alcançar este «*padrão*» que se torna necessário à cabeça afastar o partido das alavancas eminentemente administrativas, e é nesse sentido (declaram com grande cinismo), que a consigna «*Todo o Poder aos Sovietes!*» lhe poderá por algum tempo.

Já sem falar da evidente e absoluta inadmissibilidade de uma semelhante «*perspectiva*» das mudanças na nossa estrutura política, as quais significariam, simplesmente, a perda da natureza de classe do sistema político soviético e com ela a razão da sua existência; já sem falar de tudo isto, assinalamos a contradição gritante em que se encontra a tese da «*separação de poderes*» com abordagem leninista desta questão.

Lénine seguiu aqui a promissora abordagem altamente heurística¹⁵ segundo a qual é necessário **unir** em certo sentido o poder legislativo com o executivo, acometendo aos órgãos legislativos e aos seus deputados amplas possibilidades de intervenção directa operacional na elaboração de leis, no âmbito da realização de decisões e actos do Estado já aprovados. É verdade que durante muito tempo esta ideia de Lénine foi simplificada a tal ponto no nosso país, que praticamente qualquer alto administrador tinha «*apenso*» às suas funções o estatuto de deputado, ou seja, a prerrogativas de legislador.

Porém, Lénine tinha em vista de certo modo um processo inverso: a investidura de qualquer deputado dos soviets com plenos poderes de controlo administrativo, os quais permitiriam ao órgão electivo, nos casos necessários, agir **directamente e à margem do aparelho** para levar à prática as disposições emanadas do poder soviético.

Não é difícil imaginar a arma aterradora que seria contra o burocratismo, a morosidade, a arrogância dos altos funcionários, as «*técnicas*» de se eximirem de responsabilidades, e outros males, se surgisse na nossa arena política uma figura como o deputado do povo, investido do poder de detenção, de «*remeter para reelaboração*» qualquer ordem da instância executiva do respectivo nível, de fazer aplicar decisões urgentes, ignoradas por negligência, etc.

Sem qualquer dúvida que não haveria nenhum burocrata que, perante a simples ameaça de um tal «*governo de deputados*» aparecer no seu sector, não tremesse como varas verdes, uma vez que só o facto de o seu caso ser examinado pelo deputado seria sinal de insuficiente competência profissional, de impreparação, quando não mesmo de má-fé.

¹⁵ A heurística é aqui entendida como um método criativo, baseado na experiência, que permite encontrar soluções para problemas complicados. (N. Ed.)

A união estrutural dos poderes executivo e legislativo, como é fácil de ver, é a repetição simétrica, ou reprodução, a um nível mais baixo do sistema político institucional, do princípio geral do governo do «*partido de vanguarda*».

Se o partido marxista como vanguarda, como destacamento mais consciente e determinado da classe mais avançada, se torna realmente poder, se torna realmente o núcleo governante de todo o conjunto das instituições políticas, então ao nível dos órgãos democráticos «*tradicionais*», mais uma vez, o centro de gravidade do poder transfere-se notoriamente para a assembleia legislativa, dado que esta, por definição, também constitui a vanguarda, sendo para lá delegados os melhores representantes dos trabalhadores.

O princípio do papel dirigente do partido comunista e a orientação para a unidade dos poderes legislativo e executivo são duas «*incarnações*» indissociáveis de uma mesma e única grande ideia de organização social, cuja concretização significará a entrada histórica universal da humanidade na era do democratismo **não representativo**, «*por cada um*», em que o indivíduo terá importância e peso político «*por si*», com toda a sua soberania, e não porque aqueles que com ele partilham os mesmos interesses e necessidades, num determinado momento, são mais numerosos que outros.

O futuro político-institucional da nossa civilização comunista, a sua aproximação ao ideal do «*autogoverno*» social, livre e efectivo, está no desenvolvimento conjunto interligado destes dois princípios fundamentais. Atentar contra qualquer um deles terá como efeito, em primeiro lugar, a derrocada do outro, em segundo lugar, o nosso afastamento do autogoverno comunista, desviando-nos do caminho conducente a esse objectivo.

São também essencialmente falsas, não obstante a sua aparência meramente exterior de «*democraticidade*», todas as outras tentativas de «*sobrepôr*» as formas parlamentares representativas às estruturas comunistas de «*vanguarda*» (do partido).

Por exemplo, não se percebe de todo qual a necessidade racional da «*reforma do sistema político*», que está a ser preparada, do «*novo órgão supremo representativo do poder de Estado*» – o Congresso dos Deputados do Povo da URSS – o qual deverá, alegadamente, «*decidir as questões constitucionais, políticas e socioeconómicas mais importantes da vida do país*».¹⁶ A ser assim, que papel caberá ao Congresso do PCUS? Depois, qual é a necessidade de se criar no «*órgão supremo de poder*» ainda um «*órgão superior de poder*»? Teremos um Soviete Supremo com duas câmaras? O que é que pode resultar daqui para além da criação de mais uma superestrutura completamente supérflua na pirâmide governamental e de um rebaixamento do Conselho de Ministros da URSS, que é a instância de poder onde, pela lógica das coisas, deve estar concentrada a parte fundamental dos assuntos correntes?

Mas não é só a autoridade do poder executivo, como também as competências do poder legislativo que são gravemente atingidas pela «*construção*» absurda que é proposta. Na realidade, as sessões do actual Soviete Supremo realizam-se várias vezes

¹⁶ *Pravda*, de 28 de Junho, de 1988, p. 5.

por ano, enquanto o Congresso dos Deputados do Povo, segundo se prevê, deverá apenas reunir uma só vez em cada ano. Além disso, neste esquema torna-se completamente impossível descortinar ao certo qual será, propriamente, o nosso p a r l a m e n t o , a assembleia legislativa que incarna a soberania do país. Será o Congresso de Deputados do Povo, que reúne com muito menor frequência do que o actual Soviète Supremo? Ou o Soviète Supremo, que se transforma numa espécie de primeiro andar em duplicado por cima do Conselho de Ministros?

Como conceber em todas estas fantasias, digamo-lo frontalmente, o estatuto real, efectivo, dos «*deputados do povo*» que não integram o Soviète Supremo? Porque vou eu, eleitor de base, votar num deputado que, no dia seguinte ao Congresso, cessa funções, o que acontecerá inevitavelmente àqueles que não fizerem parte do Soviète Supremo? Não é porventura evidente que uma tal «*democratização*», uma tal «*duplicação*» do órgão supremo de poder resultará no seu total isolamento das massas do eleitorado, o tornará aos olhos do cidadão comum num fantasma político, ainda mais inacessível e abstracto do que o Soviète Supremo na sua actual configuração?

Não seria melhor procurar dinamizar a actividade do Soviète Supremo da URSS, na «*variante*» existente, historicamente constituída, depurá-lo, através de uma reforma eleitoral bem amadurecida, das pessoas «*acidentais*», que não têm vocação e gosto pelas assuntos do Estado, desenvolver de forma alargada o trabalho das comissões permanentes, reforçar a ligação dos deputados com os eleitores, aumentar a responsabilização dos deputados perante o povo, investir directamente o deputado de certos poderes operacionais sobre o aparelho?

Ficaria feliz se estivesse errada, mas provavelmente não errarei (com grande pena minha) ao afirmar que, caso se concretizem os projectos «*jurídicos-estatais*» de Mikhail Gorbatchov e do seu círculo, seremos talvez a única potência desenvolvida e politicamente civilizada com eleições **indirectas** para o parlamento. Que dizer, pois, deste «*regresso*» à concepção leninista de democracia e de socialismo, aos «*ideais de Outubro*»? Isto não é o «*regresso*» a nada de bom e positivo, mas um deslizamento imperdoável, pela sua obtusidade filosófica e política, para tempos não só anteriores a Outubro, mas até anteriores a Fevereiro de 1917; é um retrocesso até em relação aos padrões vigentes do Estado burguês, já sem mencionar o direito filosófico clássico do marxismo.

A humanidade bateu-se durante séculos para que os cidadãos participassem numa base de igualdade nas eleições dos órgãos representativos e para que os representantes fossem eleitos **directamente**, tanto quanto possível, sem elos intermédios. Agora os «*neoleninistas*» propõem-nos que elejamos unicamente os deputados de um certo c o n g r e s s o , que, com toda a evidência, se resume a um «*colégio de eleitores*», o qual, a partir da sua composição, **sem a participação ulterior das massas do eleitorado** (!), formará o Soviète Supremo, órgão que realizará «*todo o trabalho legislativo e de fiscalização*»!¹⁷ Depois, o Soviète Supremo, entre a sua composição (note-se que este é já o terceiro degrau de isolamento dos trabalhadores), elege, mais uma vez sem a mínima participação das massas populares, o Presidente, com um pesadíssimo «*pacote*» de competências políticas internas e externas, ao nível, por exemplo, do presidente dos EUA. Basta! Livrem-se de tal «*leninismo*». Na ciência política, este sistema ardiloso e pobre de espírito de afastamento total «*do homem*

¹⁷ Idem, *ibidem*.

da rua» do exercício das funções de poder de Estado decisivas, um sistema que «esconde» o Estado do povo, se alguma relação tem com o leninismo é o facto de o profanar em todas as direcções e sentidos.

E isto não é de longe tudo; mesmo nas eleições do dito «congresso dos deputados do povo» uns cidadãos são claramente «mais iguais» que outros. Como classificar de outro modo o propósito desconcertante de «completar» a representação nacional territorial, com «representantes directos das organizações sociais», sendo que esta «terceira câmara» seria constituída inteiramente por pessoas que nem sequer são eleitas, mas **cooptadas** na prática, por indicação de plenários das direcções de diversas uniões artísticas, etc.? Legislar este tipo de regras significaria que uma parte dos cidadãos, nomeadamente os membros (não tanto os membros propriamente, mas as respectivas direcções) das referidas uniões artísticas, teria um «voto extra» nas eleições, uma vez que para além de poderem eleger o representante de um determinado território e o representante de uma determinada nacionalidade, elegeriam também um representante da sua organização artística. Isto é indiscutivelmente uma violação grosseira do princípio da igualdade do direito eleitoral, uma das conquistas basilares de toda a história política da humanidade, e não devemos ser nós, não deve ser o primeiro país socialista, a dar o vergonhoso exemplo da sua erradicação retrógrada. Esta situação já foi referida na imprensa.¹⁸

O surgimento de um amontoado tão ciclópico, não há outro adjectivo, de absurdidades que saltam aos olhos não é naturalmente um acaso, nem de todo resultado de falhas ou insuficiências. Existe aqui uma «chave» lógica que torna tudo isto penosamente claro. O facto é que a «base» social e política da linha de Mikhail Gorbachov (tal como aconteceu na memorial «Primavera de Praga») representa a tendência pequeno-burguesa da *intelligentsia*. A tarefa, portanto, consiste em garantir a esta camada, numericamente insignificante e sem verdadeiro prestígio junto das massas, o papel principal, a «hegemonia», na tomada das decisões políticas gerais mais importantes no sistema de poder. Todos nos lembramos da «batalha» e das enormes pressões «de cima» para que «mestres-de-obras da perestroika», como I. Afanássiev ou V. Korotitch, fossem incluídos nos delegados à XIX Conferência de Toda a União do Partido. Muito outros «mestres-de-obras» tiveram de se resignar face à recusa bastante categórica da maioria de os enviar como seus representantes àquele fórum.

E foi assim que nasceu a «ideia» simples, como um ovo descascado (basta ver apenas o seu fundo de classe), de instituir no futuro parlamento uma terceira câmara especificamente para aqueles «mestres-de-obras», para onde fossem eleitos já não directamente pela população, mas em congressos ou mesmo em assembleias de direcção (!) das organizações altamente «restritas», das quais são membros e onde há a garantia absoluta da sua «eleição». Para além deles, a terceira câmara é também constituída por altos funcionários há muito burocratizados de estruturas que de «sociais» só têm o nome, do tipo do Comité das Mulheres Soviéticas, cujo posicionamento político invariável e «ortodoxamente» oportunista, conformista, também não é susceptível de quaisquer dúvidas. Como tudo isto é simplesmente «genial»... a invenção de um «órgão supremo de poder» com três câmaras não tem qualquer outra finalidade.

¹⁸ Cf. B. Kurachvili, «Qual deve ser a estrutura do poder?», *Izvéstia*, de 27 de Junho de 1988, p. 3.

Pode-se, pois, «*prognosticar*» com convicção que iremos encontrar seguidamente o grosso dos deputados desta «*terceira câmara*» na sala de sessões do Soviete Supremo. Isto é o que se chama uma questão técnica. Depois de as ordenadoras, as tratadoras de porcos e outros trabalhadores de vanguarda da produção partirem para as suas casas, os Korotitch, os Kariákine e os Baklabov ficarão a governar o Estado. Confirmando que é esta a tendência, já começaram a aparecer na imprensa insistentes apelos para «*aumentar o profissionalismo*» nas estruturas legislativas, alterar radicalmente «*o perfil de qualificações*» do deputado e constituir o Soviete Supremo essencialmente com juristas, economistas, «*personalidades políticas*», etc.¹⁹

E também se procura impor outras inovações, como, por exemplo, a abolição da discussão pública dos projectos de lei, com o estranho «*argumento*» de que as observações e propostas de alteração dos cidadãos, não são de qualquer modo tidas em conta durante a redacção final do texto da lei. Perdão, mas se a iniciativa popular de «*base*» não é devidamente considerada pelas instâncias legislativas, então, claramente, isso é motivo para pensar no aperfeiçoamento das formas deste trabalho e dar-lhes vida. Por que razão se tira a conclusão tão bizarra de que, dado que as propostas são deficientemente consideradas, então, de futuro, supostamente, não devem ser consideradas de todo?

Para finalizar este resumo crítico, sublinho, antes de mais, que Mikhail Gorbatchov deve pôr termo às declarações inconsistentes, pouco conscienciosas e sem correspondência com o estado das coisas, de que não existem alternativas aos seus planos; de que na sociedade não há críticas bem argumentadas às suas «*iniciativas*». Nas páginas da nossa imprensa devem ser reflectidas na íntegra, sem invectivas nem rótulos discriminatórios, os argumentos dos que **rejeitam categoricamente** todos os planos nefastos de restauração do empresariado privado, de liquidação da planificação directora centralizada do Estado (forma adequada à gestão socialista da economia), de dar livre curso à anarquia do mercado, de legalização da força de trabalho como mercadoria, de admissão de um desemprego «*doseado*», de deformação antidemocrática do Estado soviético, no sentido do parlamentarismo burguês, etc.

Hoje, na nossa organização político-jurídica, o anacronismo mais nocivo e refreador, cuja erradicação seria preciso iniciar seriamente, é o facto de nós como povo, como massas puras, estarmos privados de toda a possibilidade de julgar e decidir quem deve e quem não deve estar à cabeça do nosso Estado.

Recentemente, Mikhail Gorbatchov revelou-nos a este propósito as suas concepções, clara e marcadamente estagnadas, tipicamente «*brejnevianas*»: reuniu 1500 pessoas vindas de todos os confins deste vasto país para uma «*sessão*» de 45 minutos e, «*monoliticamente*», sem que lhe fosse feita uma única pergunta e sem a mais ténue hesitação, proclamou-se a si próprio dirigente máximo do país. Depois, durante duas semanas, recebeu felicitações, e nem lhe passou pela cabeça indagar que objecções críticas possivelmente teriam surgido.

¹⁹ Cf. «*O poder e a lei*», *Izvéstia*, de 16 de Outubro, p. 2

Todavia, já sem falar de que 1500 pessoas não podem substituir-se a mais de 200 milhões, não temos dúvidas de que, se tivesse sido organizado um plebiscito nacional sobre a candidatura de Mikhail Gorbatchov ao cargo «presidencial», em que os participantes não receassem perder o emprego ou o cartão do partido em função dos resultados da votação, então dificilmente tal candidatura obteria hoje mais de 25 a 30 por cento dos votos.

Abafar esta evidência, não permitir que se manifeste normalmente à superfície da vida social e política, é sinal de uma grande má-fé política, da qual seria estúpido esperar qualquer coisa de construtivo, quaisquer «*novos rostos do socialismo*» e transições para «*um novo estado qualitativo*».

Precisamente do mesmo modo, nos últimos anos da direcção de Leonid Bréjnev, quando praticamente todos viam que estava incapacitado para dirigir o país, ouviram-se críticas honestas e frontais. O abafamento destas críticas, com frequência através de métodos repressivos e ilegais, custou ao povo mais uma década de estagnação, de degradação, de desprezo pelas suas necessidades básicas, de fadiga espiritual e apatia, o que, em geral, poderia perfeitamente ter sido evitado.

Não será isto suficiente, não estaremos já fartos deste brejnevismo envolto num verbalismo «*revolucionário*»? Basta ter olhos na cara para se ver com clareza que Mikhail Gorbatchov não tem nenhum «*segredo*» para retirar a nossa economia doente do fosso, que na economia nacional, em resultado de todos os métodos «*inovadores*» adoptados, se acentuam cada vez mais catastroficamente as tendências negativas de que tem sofrido nos últimos vinte e muitos anos.

A situação social e política no país desestabiliza-se de dia para dia: greves, sangrentos massacres, «*refugiados*» de uma república federada para outra vizinha, desmandos selvagens da juventude, aumento do nacionalismo, a «*consolidação*» evitável de diferentes elementos anti-sociais, que fazem ultimatos com «*exigências*» destruidoras e incendiárias; e tudo isto, mais uma vez, é deploravelmente «*lógico*», dado que o povo só pode unir-se e exaltar-se em torno de um ideal e de exemplos positivos, em torno do sentimento de orgulho pelo seu passado e da crença no futuro, e não num ambiente de difamação, escárnio e calúnia.

Numa palavra deve ficar claro e reconhecer-se que as pessoas que **discordam categoricamente** da permanência de Mikhail Gorbatchov nos altos postos do partido e do Estado, e com toda a sua dita «*perestroika*», não são «*inimigos*», «*conservadores*», etc., que devem ser «*removidos do caminho*», mas **cidadãos do Estado soviético na plenitude dos seus direitos**, são partidários de um o u t r o programa incomparavelmente mais sensato do que o de Gorbatchov, um programa de reconstrução e renovação qualitativa da nossa sociedade socialista actual. E **este** programa alternativo, bem como esta opinião pessoal sobre Gorbatchov, deve poder ser exposto nos nossos meios de informação de massas, de forma absolutamente livre e tranquila, sem ameaças nem notas prévias ao leitor do género, *vamos-vos agora mostrar um exemplo de posições absurdas e erróneas*.²⁰

²⁰ Cf. «*Dois pontos de vista sobre problemas da formação de preços*», *Kommunist*, 1988, n.º 1, p. 97.

O regime capitalista não ruiu pelo facto de Bush e Dukakis,²¹ ao longo de quase um ano, terem confrontado posições perante toda a massa de eleitores norte-americanos. Também o nosso regime não ruirá se aqueles que prefeririam ver no cargo de secretário-geral do PCUS, digamos, Egor Ligatchov ou Borís Élt sine (ou quaisquer outros pretendentes), tivessem possibilidade de o proclamar livremente e sem medo, apresentar as suas opiniões a favor desta ou daquela «*plataforma*» concorrente, realizar acções de propaganda em prol da figura que apoiam, etc.

A rivalidade pelo poder é um fenómeno natural e, em geral, dentro de certos limites, inteiramente saudável, que ocorre sempre e em toda a parte, incluindo no nosso país. É preciso quebrar o «*tabu*» pseudo-ideológico a respeito deste processo natural, torná-lo público, e não confinado aos bastidores, para que não aconteçam mais casos vergonhosos, como os que vimos entre 1982 e 1984, quando no posto mais responsável, que exige a todo o momento uma tensão ilimitada de forças intelectuais físicas, foram colocadas pessoas debilitadas, com enfermidades incuráveis, que na realidade já estavam como os pés para a cova.

É preciso que os opositores, sempre existentes, possam manifestar-se de forma honesta, pertinente e publicamente; que cada um anuncie as suas intenções, exponha as suas concepções, para que possam ser discutidas *antecipadamente*, e não caírem sobre a comunidade, como neve do céu, num momento em que o seu autor já está firmemente instalado na poltrona do poder e encara todos os seus opositores como uma espécie de lixo humano que deve ser removido.

E mais uma coisa ainda: a prática demonstrou à exaustão que, no nosso sistema, o chefe do Estado, sobretudo quando acumula as competências de líder do partido e de «*presidente*», não pode ser eleito por um qualquer sínodo, digamos, mas deve receber o poder directamente das mãos do povo.

Sob este ponto de vista a presente versão proposta de eleger o Presidente do Soviete Supremo da URSS em três fases carece de fundamento se não é de todo anecdótico. A eleição do chefe do Estado deve ser directa. Além disso, uma vez que o secretário-geral do partido dirige de facto não o partido em si, mas todo o país, então há claramente a necessidade de organizar um género de consulta geral sobre o candidato proposto para secretário-geral, em paralelo com a preparação do congresso do partido. Não é conveniente que o povo seja o último a saber das «*perestroikas*» que o esperam (e não só das «*perestroikas*» em geral, mas também do que cada uma delas verdadeiramente defende); quando não se diz nada ao povo, todos ficam alarmados, irritados e cheios de cepticismo. Os projectos, planos, concepções, avaliações e tendências dos pretendentes ao poder (tal como o próprio facto de existirem estes ou aqueles pretendentes) devem ser conhecidos pelas pessoas **antes** de esses pretendentes repartirem o poder entre si nos bastidores.

Às pessoas deve ser garantido o direito de oportunamente dizerem «*sim*» ou «*não*», tanto ao programa como ao seu porta-voz e promotor concreto. Do que nos devemos desfazer nos próximos anos, se não meses, de forma decidida e definitiva, é da obrigação de dizermos «*sim*» *a posteriori*, o que é feito não porque as pessoas tenham acreditado e sido efectivamente conquistadas, mas porque em determinado momento qualquer resposta diferente era politicamente «*proibida*».

²¹ Michael Stanley Dukakis (1933), político norte-americano do Partido Democrata, governador do Estado de Massachusetts (1975-79 e 1983-91), candidato à presidência dos EUA em 1988, contra George Bush (pai). (N. Ed.)

Nota: *Este trabalho foi escrito na sua maior parte antes da apresentação à discussão pública dos projectos de lei sobre a alteração da Constituição da URSS e do sistema eleitoral; as passagens correspondentes não são uma crítica a esses projectos de lei, mas aos pontos de vista expressos por Mikhail Gorbachov na XIX Conferência do Toda a União do PCUS.*

Moscovo, Novembro de 1988,

Tatiana Khabarova,
Doutorada em Ciências Filosóficas